

Concurso

Questões Adaptadas/Inéditas - Direito Previdenciário - 2022 - CESPE / Cebraspe – 01

Cargo

Técnico

Carreira

Previdência

Nível

Médio

Ano

2022

Matéria/Assunto:

Direito Previdenciário > Reforma da Previdência: Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005, nº 70/2012 e 103/2019

Julgue o item a seguir acerca da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

1. O(a) servidor(a) abrangido(a) por regime próprio de previdência será aposentado(a) por incapacidade para o trabalho, no cargo em que estiver investido(a), quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será dispensada a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade da incapacidade após cinco anos da data de concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
2. O(a) servidor(a) abrangido(a) por regime próprio de previdência será aposentado(a) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.
3. O(a) servidor(a) abrangido(a) por regime próprio de previdência será aposentado(a) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, na forma de lei ordinária.
4. O(a) servidor(a) abrangido(a) por regime próprio de previdência será aposentado(a) por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido(a), quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
5. O(a) servidor(a) abrangido(a) por regime próprio de previdência será aposentado(a) por tempo de serviço aos 60 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, no âmbito da União, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos legalmente estabelecidos.

Matéria/Assunto:

Direito Previdenciário > Princípios constitucionais

No que se refere à organização e aos princípios da seguridade social, julgue o item a seguir.

6. A assistência social integra o conjunto de direitos sociais assegurados aos necessitados e as ações atinentes à seguridade social.
7. A equidade na forma de participação do custeio veda a utilização de alíquotas de contribuições diferenciadas para aqueles que contribuem para o sistema.
8. A universalidade de cobertura preconizada pelo ordenamento jurídico vigente limita a proteção social àqueles que contribuem para o sistema.
9. A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes das contribuições sociais e dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Matéria/Assunto:

Direito Previdenciário > Contribuições do trabalhador e dos demais segurados da previdência social

Sobre os servidores públicos aposentados que já recebiam seu benefício antes da entrada em vigor da emenda constitucional que determinou o recolhimento de contribuição previdenciária dos inativos, julgue o item a seguir.

10. Têm direito adquirido a continuar sem contribuir.
11. Não contribuem para o RPPS, exclusivamente por força da regra de transição prevista na emenda.
12. Não têm direito adquirido a qualquer tipo de isenção tributária sobre seus benefícios.
13. Têm direito adquirido a uma alíquota diferenciada para incidência do tributo.
14. Contribuirão apenas se receberem concomitantemente benefício do RGPS.

Matéria/Assunto:

Direito Previdenciário > Segurados Obrigatórios

Oficial de cartório tomou posse no cargo em 2010. Não é remunerado pelo poder público, mas por taxas e emolumentos, e mantém em sua estrutura administrativa de cartório funcionários escreventes que lhe prestam serviços. Nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

15. O oficial de cartório deve contribuir para o INSS como segurado facultativo, sendo equiparado a empresa em relação aos escreventes que lhe prestam serviços.

16. O oficial de cartório deve contribuir para o INSS como segurado obrigatório na qualidade de contribuinte individual, sendo equiparado a empresa em relação aos escreventes que lhe prestam serviços.
17. O oficial de cartório deve contribuir para o INSS como segurado obrigatório na qualidade de empregado, sendo equiparado a empresa em relação aos escreventes que lhe prestam serviços.
18. O oficial de cartório deve contribuir para o INSS como segurado obrigatório na qualidade de trabalhador avulso, e não possui responsabilidade de contribuir em favor dos escreventes que lhe prestam serviços.
19. O oficial de cartório deve contribuir para o INSS como segurado obrigatório na qualidade de contribuinte individual, e não possui responsabilidade de contribuir em benefício dos escreventes que lhe prestam serviços.

Matéria/Assunto:

Direito Previdenciário > Auxílio doença

Acerca das espécies de benefícios e das prestações previdenciárias, em especial o auxílio-reclusão e o auxílio-doença, julgue o item a seguir.

20. O auxílio-doença não acidentário é devido ao segurado que possua ao menos seis contribuições ao RGPS e se encontre impossibilitado de exercer suas atividades por 15 dias.
21. O auxílio-reclusão tem carência de 12 contribuições para o RGPS.
22. O auxílio-reclusão é devido ao segurado de baixa renda que, preso em regime fechado, tenha cumprido a carência exigida por lei.
23. O exercício de atividade remunerada pelo recluso implica a cessação do benefício previdenciário.
24. Ao segurado que tiver sofrido acidente de trabalho no próprio local de trabalho, a lei garante a manutenção do seu contrato de trabalho por 12 meses após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de ele ter gozado auxílio-acidente.

Matéria/Assunto:

Direito Previdenciário > Regime geral da previdência social

Julgue o item a seguir, com base na jurisprudência dos tribunais superiores acerca da seguridade social.

25. Os estrangeiros residentes no Brasil farão jus ao benefício de prestação continuada (BPC) quando preencherem os requisitos constitucionais e legais para tanto.

26. É constitucional a vedação de continuidade da percepção de aposentadoria especial, no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), se o beneficiário permanecer laborando em atividade especial ou a ela retornar, independentemente de ter sido essa atividade especial aquela que ensejou a aposentação precoce.
27. Somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias no âmbito do RGPS, não havendo, por ora, previsão legal do direito à desaposentação.

Matéria/Assunto:

Direito Previdenciário > Contribuições sobre a receita de concursos de prognósticos

Acerca das contribuições para a seguridade social, julgue o item a seguir.

28. É inconstitucional a progressividade sobre a base de cálculo de contribuições previdenciárias a cargo de servidores públicos.
29. É vedada a concessão de moratória, de parcelamento, de remissão e de anistia de contribuições para a seguridade social.
30. Havendo déficit atuarial no custeio de regime próprio, somente a União pode autorizar a incidência de contribuição previdenciária sobre o valor de proventos de aposentadoria e pensões que supere o valor do salário mínimo.
31. Somente lei complementar da União pode instituir novas fontes de custeio para a seguridade social.
32. A alíquota da contribuição social sobre a receita de concurso de prognósticos corresponde ao percentual vinculado à seguridade social em cada modalidade lotérica, conforme previsto em lei.